

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.840.405 - RJ (2019/0289711-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **EDGARD PAULO SILVA GALARANE**
ADVOGADO : **SÉRGIO LUIS DE SOUZA ALVES E OUTRO(S) - RJ127768**
RECORRIDO : **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
PROCURADOR : **ANA PAULA SERAPIÃO E OUTRO(S) - RJ099131**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. CONCURSO DA POLÍCIA MILITAR PARA O CARGO DE SARGENTO. MEDIDA LIMINAR DEFERIDA PARA ASSEGURAR A CONTINUAÇÃO NO CERTAME. MEDIDA POSTERIORMENTE CASSADA. MANUTENÇÃO NO CARGO OCUPADO. TEORIA DO FATO CONSUMADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. INTERPOSIÇÃO DE NOVO RECURSO ESPECIAL PELA MESMA PARTE CONTRA O MESMO ACÓRDÃO. INVIABILIDADE. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. SEGUNDO RECURSO ESPECIAL TIDO POR INEXISTENTE. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em 18/12/2018 por Edgard Paulo Silva Galarane (e-STJ fls. 258/263), com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado (e-STJ fl. 238):

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CFS/2006). AUTOR QUE PARTICIPOU DO CURSO POR MEIO DE LIMINAR QUE NÃO FOI CONFIRMADA. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA.

1. O autor participou do curso de formação para sargentos de 2006, após o deferimento de uma liminar na ação que pleiteava o cômputo dos pontos referentes a algumas questões da prova de português e instrução policial que foram anuladas.
2. No entanto, quando do julgamento do mérito da demanda, o pedido do autor foi julgado improcedente e a liminar anteriormente concedida foi revogada.
3. O requerente tinha ciência do caráter precário em que foi investido no cargo de Subtenente.
4. Inaplicabilidade da Teoria do Fato Consumado. Os Tribunais Superiores entendem que se o candidato foi nomeado e empossado por força de medida judicial precária, não tem direito de permanecer no cargo, ainda que haja o decurso de muitos anos. Precedentes do STJ, STF e deste Tribunal.

Superior Tribunal de Justiça

5. Manutenção da sentença.

6. NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO.

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 258/263), o recorrente alega, em síntese, que deveria ser mantida a sua patente na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, mesmo após a cassação da medida liminar que lhe garantiu a continuidade no curso de formação de sargentos realizado em 2006, em razão da teoria do fato consumado, uma vez que já teria inclusive obtido promoções na carreira, sob pena de ofensa a norma federal.

Após a interposição do presente recurso especial, o recorrente opôs embargos de declaração perante o Tribunal de origem, em 08/01/2019, conforme petição juntada às e-STJ fls. 264/284.

Os aclaratórios foram rejeitados pela Corte Estadual (e-STJ fls. 323/334).

O recorrente interpôs, então, novo recurso especial às e-STJ fls. 336/356, alegando violação aos arts. 5º, 6º e 21, todos do Decreto-Lei nº 4.657/1972 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), bem como dissídio jurisprudencial, nos termos do recurso interposto em 07/02/2019.

Contrarrazões ao recurso especial apresentadas às e-STJ fls. 368/381.

Decisão de admissibilidade do recurso prolatada às e-STJ fls. 467/474.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

De igual forma, importante destacar que somente pode ser apreciado o primeiro recurso especial interposto às e-STJ fls. 258/263, em 18/12/2018, em razão do princípio da unirrecorribilidade recursal e da ocorrência da preclusão consumativa.

Os embargos de declaração opostos no Tribunal de origem, após prévia interposição de recurso especial pela mesma parte, sequer poderiam ter sido conhecidos por aquela Corte, equívoco esse que não autoriza nova interposição de recurso especial contra o acórdão proferido na apelação.

Assim, o segundo recurso especial interposto em 07/02/2019, às e-STJ fls. 336/356, deve ser considerado como inexistente nos autos. A propósito os seguintes precedentes deste Tribunal Superior:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS CUMULADA COM PEDIDO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA. SÚMULA 182/STJ. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDO RECURSO.

1. Ação de indenização por danos materiais cumulada com pedido de compensação por danos morais.
2. O agravo interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados, não deve ser conhecido.
3. Diante do princípio da unirrecorribilidade recursal e da ocorrência da preclusão consumativa, não merece conhecimento o segundo recurso

interposto.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1416108/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2019, DJe 04/09/2019)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA. FRAUDE CONTRA CREDORES. AUSÊNCIA DE REGISTRO DA PROMESSA DE COMPRA E VENDA DO IMÓVEL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO DO SEGUNDOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA MESMA PARTE CONTRA O MESMO ACÓRDÃO.

1. Conforme a jurisprudência consolidada no âmbito desta Corte, a interposição de dois recursos pela mesma parte contra a mesma decisão impede o conhecimento do segundo recurso interposto, haja vista a preclusão consumativa e a observância ao princípio da unirrecorribilidade das decisões.

2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp 463.196/ES, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 03/09/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AFRETAMENTO DE NAVIOS. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE ANULOU OS CONTRATOS OBJETOS DA DEMANDA COM BASE NOS FATOS E NO LAUDO PERICIAL. APELO RARO NÃO RECEBIDO PELA CORTE DE ORIGEM. DECISÃO MANTIDA NESTE STJ. REVISÃO DE FATOS E PROVAS E DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS VEDADAS NESTA SEARA RECURSAL ESPECIAL. RECURSO INTEGRADOR QUE ALEGA VIOLAÇÕES LEGAIS REFERENTES AO MÉRITO DO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE, DADA A NÃO ABERTURA DA VIA RECURSAL ESPECIAL ANTE A MANUTENÇÃO DA DECISÃO DENEGATÓRIA PROFERIDA PELA CORTE LOCAL. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO PELA NÃO APRECIÇÃO DO SEGUNDO RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. SEGUNDO RECURSO TIDO POR INEXISTENTE. NÍTIDA PRETENSÃO DE REFORMA DO MÉRITO DO JULGADO. RECURSO INTEGRADOR QUE NÃO SE PRESTA A TAL FINALIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição existente no julgado.

2. Excepcionalmente o Recurso Aclaratório pode servir para amoldar o julgado à superveniente orientação jurisprudencial do Pretório Excelso, quando dotada de efeito vinculante, em atenção à instrumentalidade das formas, de modo a garantir a celeridade, a eficácia da prestação jurisdicional e a reverência ao pronunciamento superior, hipótese diversa

Superior Tribunal de Justiça

da apresentada nos presentes autos.

3. Não tendo sido aberta a via recursal especial, ante a manutenção, perante este STJ, da decisão denegatória da Corte local, não há falar-se em omissão pela não apreciação das matérias de mérito, veiculadas no Apelo Raro.

4. Também não constitui omissão a ausência de apreciação de um segundo Recurso Especial interposto pela mesma parte contra o mesmo acórdão, por violar o princípio da irrecorribilidade e restar configurada a ocorrência da preclusão consumativa. Segundo Apelo tido por inexistente.

5. Embargos de Declaração da Empresa rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 457.016/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 01/07/2019, DJe 05/08/2019)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/1973 SEM ASSINATURA DO ADVOGADO. RECURSO INEXISTENTE. IMPOSSIBILIDADE DE REGULARIZAÇÃO POSTERIOR. INAPLICABILIDADE NA INSTÂNCIA ESPECIAL. INTERPOSIÇÃO DE DOIS RECURSOS CONTRA A MESMA DECISÃO. PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. PRECLUSÃO. PRECEDENTES.

1. A jurisprudência desta Corte firmou compreensão segundo a qual a ausência de assinatura obsta o conhecimento dos recursos dirigidos a este Tribunal, não sendo possível a regularização posterior, visto que se trata de vício insanável. A propósito: AgInt no AREsp 1.209.251/MG, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 11/6/2018; AgRg no AREsp 660.755/PE, Rel. Min. Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 6/4/2015.

2. A interposição de dois recursos pela mesma parte e contra a mesma decisão obsta o conhecimento do segundo, em razão da preclusão consumativa e observância do princípio da unirrecorribilidade. A propósito: AgRg no REsp 1.446.394/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 9/6/2015; AgRg no REsp 1.499.232/PI, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 25/3/2015.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1548052/PR, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/02/2019, DJe 20/02/2019)

Quanto ao primeiro recurso especial interposto (e-STJ fls. 258/263), verifica-se das razões recursais que o recorrente não indicou qual teria sido o dispositivo infraconstitucional violado pelo Tribunal de origem no acórdão recorrido, carecendo o recurso da devida fundamentação, o que atrai a incidência, por analogia, do óbice previsto na Súmula nº 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

Nesse sentido os seguintes julgados desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO DE FATO. PREMISSA EQUIVOCADA. CABIMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. NULIDADE DA CDA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL CONSIDERADO VIOLADO. DEFICIÊNCIA NA

Superior Tribunal de Justiça

FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. PRESCRIÇÃO AFASTADA PELO JUÍZO A QUO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ.

1. São cabíveis Embargos de Declaração opostos com finalidade de corrigir existência de erro de fato, adotado como premissa para o julgamento questionado. Precedentes do STJ.

2. Reconhecida a inaplicabilidade da Súmula 115/STJ, deve ser considerada regular a interposição do Agravo em Recurso Especial, cujo mérito há de ser enfrentado.

3. Quanto à tese de nulidade da CDA, a via estreita do Recurso Especial exige a demonstração inequívoca da ofensa ao dispositivo inquinado como violado, bem como a sua particularização, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos. A falta de indicação dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o Enunciado Sumular 284 do STF.

4. O acórdão recorrido afastou a prescrição com os seguintes fundamentos (fls. 95-96, e-STJ): "Cuida-se de créditos de IPTU do exercício de 2006, conforme CDA juntada aos autos. A ação foi distribuída em 06/10/2011, já na vigência da LC 118/05. Convém anotar, que o termo a quo do prazo prescricional, cuidando-se de IPTU, é o dia 1º de janeiro do exercício do tributo que está sendo executado, que é quando se dá a notificação do contribuinte e, portanto, a constituição definitiva do crédito tributário. Tratando-se de execução ajuizada após o advento da Lei Complementar nº 118/05 (que alterou a redação do inciso I, do parágrafo único, do artigo 174, do Código Tributário Nacional), o despacho citatório tem o condão de interromper a prescrição. Desse modo, resta comprovada a não ocorrência da prescrição com relação ao exercício de 2006, permanecendo o crédito tributário íntegro, eis que a ação foi proposta dentro do prazo hábil". Rever a informação lançada pelo acórdão recorrido implica adentrar em matéria fática, vedada pela Súmula 7 do STJ.

5. Embargos de Declaração acolhidos, com efeito modificativo, para conhecer do Agravo Interno e, no mérito, negar-lhe provimento.

(EDcl no AgInt no AREsp 1038597/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/11/2018, DJe 19/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO CLARA E PRECISA DE PRECEITO DE LEI FEDERAL QUE FOI EVENTUALMENTE VIOLADO. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Segundo a jurisprudência do STJ, a admissibilidade do recurso especial exige a clareza na indicação dos artigos de lei federal supostamente violados, bem como a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses dispositivos ou a eles tenha dado interpretação divergente da adotada por outro Tribunal, sob pena de incidência da Súmula 284 do STF.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1312618/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 03/10/2018)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL. CONTRARIEDADE À LEI N. 12.350/2010. FALTA DE INDICAÇÃO EXPRESSA DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. ARGUMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 503 E 505 DO CPC/1973, 3º, C/C O ART. 7º, § 1º, DA LEI N. 7.713/1988 E 111 E 176 DO CTN. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. OFENSA À COISA JULGADA. REVISÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DAS PROVAS DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO ANCORADO EM TESE FIRMADA EM RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA.

1. Esta Corte de Justiça possui a orientação de que a deficiência da fundamentação do recurso inviabiliza a exata compreensão da controvérsia, atraindo, assim, o enunciado da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. No caso, o recorrente não demonstrou, nas razões do especial, de forma clara e precisa, quais artigos da Lei n. 12.350/2010 teriam sido supostamente violados a partir do posicionamento firmado no acórdão recorrido, bem como não apresentou fundamentos respectivos a cada dispositivo legal tido por afrontado, limitando-se a apontar, de modo genérico, que o julgado prolatado na origem teria contrariado a referida legislação, circunstância que impossibilitou a exata compreensão da controvérsia.

3. Extraí-se do aresto combatido que as questões relativas aos arts. 503 e 505 do CPC/1973, 3º, c/c o art. 7º, § 1º, da Lei n. 7.713/1988 e 111 e 176 do CTN não foram objeto de debate e apreciação pelas instâncias ordinárias, nem sequer implicitamente, circunstância que impede o conhecimento da matéria por esta Corte Superior ante a falta de prequestionamento. Aplicação dos óbices fundados nas Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Na via especial não cabe a análise de tese recursal que demande a incursão na seara fático-probatória dos autos, por orientação da Súmula 7 do STJ. Nessa linha, resta inviável a este Tribunal avaliar o alegado desacerto da Corte local quanto à observância do postulado da coisa julgada devido à impossibilidade de superar-se o referido óbice sumular.

5. A partir das razões apresentadas no acórdão recorrido, constata-se que não há qualquer divergência entre o entendimento fixado pela Corte de origem e a tese firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos moldes do art. 543-C do CPC/1973, nos autos do REsp 1.118.429/SP, no sentido de que "o Imposto de Renda incidente sobre os benefícios previdenciários atrasados pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando a renda auferida mês a mês pelo segurado, não sendo legítima a cobrança de IR com parâmetro no montante global pago extemporaneamente".

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1120692/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 30/08/2018)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do primeiro recurso especial interposto às e-STJ fls. 25/263, ante o óbice previsto na Súmula nº 284/STF, e declaro como inexistente nos autos o segundo recurso especial interposto às e-STJ fls. 336/356.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

